

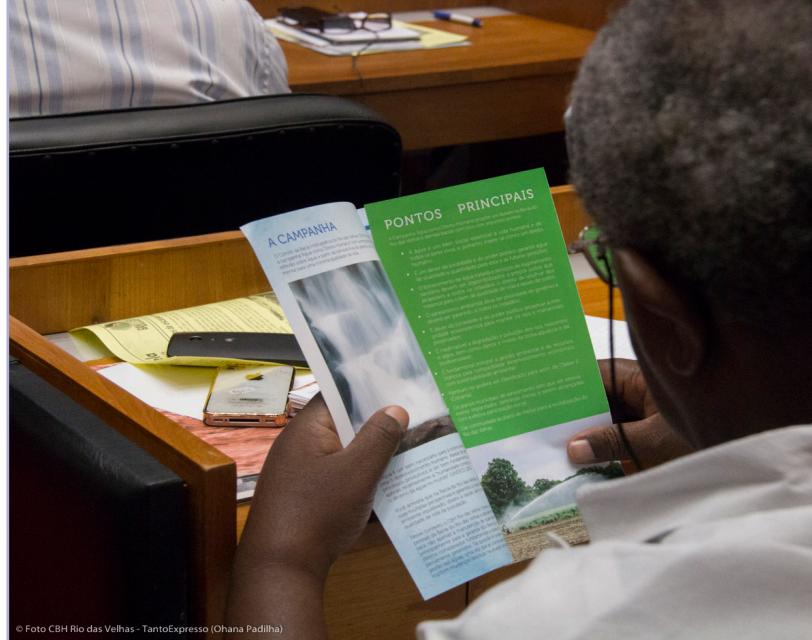
## Especialistas cobram ações para revitalizar bacias

As Comissões de Meio Ambiente e de Desenvolvimento Sustentável e Extraordinária das Águas da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), em parceria com o Fórum Mineiro de Comitês, o Projeto Manuelzão, e o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, realizaram o debate público "Águas de Minas: Revitalização e Gestão dos Rios de Minas". O objetivo do evento, realizado no dia 21 de março, na ALMG, foi dar continuidade às discussões iniciadas no Seminário Legislativo Águas de Minas III e fortalecer os Comitês para a gestão dos recursos hídricos. A situação das bacias hidrográficas dominou as discussões. Apesar da existência de leis e normas sobre o assunto, os participantes do encontro cobraram ações mais efetivas por parte do poder público para a revitalização das bacias, além de apresentarem questões específicas de suas regiões, principalmente voltadas para o envolvimento da sociedade na gestão dos recursos hídricos. Prestigiaram o evento representantes de diversas entidades, dentre elas a ABES-MG, além dos Comitês Afluentes Mineiros do Médio e Baixo Rio Jequitinhonha/Almenara; Afluentes Mineiros do Rio Mucuri; São Francisco, Rio Doce; Rio Paraopeba e Rio das Velhas.

Leia mais: [www.abes-mg.org.br](http://www.abes-mg.org.br)

## Plano de Recursos Hídricos está em consulta

Está aberta, até o dia 1º de maio, a consulta pública destinada à segunda revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) referente ao período 2016-2020. Os membros dos colegiados de recursos hídricos, e pessoas da sociedade em geral podem apresentar sugestões sobre as prioridades do Plano ou propor novos temas que mereçam atenção no próximo ciclo. A consulta pública, organizada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), por meio da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (SRHU), está aberta no portal [www.participa.br](http://www.participa.br), com informações adicionais, um manual explicativo sobre a participação e dois questionários específicos, um para a sociedade em geral, e outro destinado aos atores do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH). O Plano visa orientar a implementação da política nacional e do gerenciamento dos recursos hídricos, nas esferas federal e estaduais, para os próximos cinco anos. Saiba mais em nossa página: [www.abes-mg.org.br](http://www.abes-mg.org.br)



© Foto CBH Rio das Velhas - TantoExpresso (Ohana Padilha)

Uma reflexão sobre a garantia desse serviço fundamental para a qualidade de vida.

## CBH Velhas lança Campanha Água como Direito Humano

Este ano, em comemoração pelo Dia mundial da Água, celebrado em 22 de março, o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas propôs um debate social com o lançamento da campanha "Água Como Direito Humano". O objetivo é fazer um chamado a coletividade, instituições e pessoas da Bacia para discutirem e se articularem, não apenas para a manutenção da quantidade e qualidade da água, mas principalmente garantir os diversos usos, a biodiversidade e os direitos considerados fundamentais a todas as pessoas, e que hoje não são plenamente garantidos. Essa mobilização é de suma importância para o fortalecimento da gestão das águas, uma vez que as consequências para a saúde da população impõem mudanças drásticas na atuação de todos os atores. Conheça os principais pontos da Campanha Água como Direito Humano, acesse: [www.abes-mg.org.br](http://www.abes-mg.org.br)

## Comitês receberão os 7,5% do FHIDRO para sua estruturação

O Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam) anunciou a aplicação total do percentual de 7,5% do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais (Fhidro) na estruturação física e operacional dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado, em 2016 e 2017. Os recursos poderão custear locação de sede, diárias de viagem, aluguel, energia elétrica, água, telefone, internet, materiais de escritório, despesas com o corpo técnico e administrativo e contratação de quaisquer outros serviços necessários ao funcionamento dos comitês. A Lei nº 20.311/2012 e o Decreto nº 45.230/2009 preveem tal destinação, porém, nos anos anteriores, apenas parte dos 7,5% era aplicada. Segundo Breno Lasmar, diretor de Gestão das Águas e Apoio aos Comitês de Bacia do Igam, os processos licitatórios necessários à execução da Política Pública de fortalecimento dos comitês foram abertos e encaminhados para que, dentro de um curto espaço de tempo (entre 60 e 90 dias), todos os CBHs mineiros estejam com as suas necessidades contempladas e aptos ao pleno desenvolvimento de suas atividades.